



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

JUIZ LEIGO | PROVA OBJETIVA

TIPO 1 – BRANCA

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



FUNÇÃO: JUIZ LEIGO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **01** a **03**.

Políticas de troca e a prevenção de conflitos nas relações de consumo

As relações de consumo não se encerram no momento da venda. Em muitos casos, é justamente no pós-venda que a qualidade da relação entre consumidor e fornecedor é efetivamente testada.

Trocas, devoluções, reclamações sobre vícios, solicitações de cancelamento e pedidos de reembolso são situações comuns na rotina empresarial. Apesar disso, muitas empresas ainda tratam esses temas de forma improvisada, sem política clara, sem padronização interna e sem adequado registro dos atendimentos.

Esse cenário aumenta o risco de conflito. Não necessariamente porque o fornecedor tenha agido de má-fé, mas porque a ausência de clareza gera insegurança, frustração e ruído comunicacional.

Nesse contexto, a política de troca deve ser compreendida não apenas como uma regra comercial, mas como um instrumento de governança, transparência e prevenção de riscos nas relações de consumo.

A transparência é um dos pilares das relações de consumo. O consumidor precisa compreender, antes ou no momento da contratação, quais são as condições aplicáveis à aquisição do produto ou serviço.

No caso das trocas, essa transparência é especialmente relevante porque muitas divergências decorrem da confusão entre situações juridicamente distintas.

Há diferença entre troca por liberalidade comercial, troca decorrente de vício do produto e direito de arrependimento em compras realizadas fora do estabelecimento comercial.

A troca por liberalidade é aquela oferecida pelo fornecedor como política interna, em situações nas quais não há, necessariamente, defeito ou vício. É comum em lojas físicas que permitem a troca de roupas, calçados ou presentes por tamanho, cor ou modelo, desde que respeitadas determinadas condições.

Já a reclamação por vício do produto ou serviço envolve hipótese diversa, relacionada à inadequação, defeito de funcionamento, problema de qualidade ou desconformidade com a oferta.

O direito de arrependimento, por sua vez, possui aplicação própria nas contratações realizadas fora do estabelecimento comercial, especialmente em compras pela *internet*, telefone ou aplicativos.

Quando a empresa não comunica essas diferenças, o consumidor pode acreditar que toda solicitação de troca segue a mesma lógica. Do outro lado, o fornecedor pode negar pedidos de forma genérica, sem explicar adequadamente a razão da negativa.

A transparência, portanto, não apenas informa. Ela reduz expectativas desalinhas.

(Por: Victor Hugo Souza Tosta. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/>. Acesso em: maio de 2026. Adaptado.)

Questão 01

Releia o 2º§: *“Trocas, devoluções, reclamações sobre vícios, solicitações de cancelamento e pedidos de reembolso são situações comuns na rotina empresarial. Apesar disso, muitas empresas ainda tratam esses temas de forma improvisada, sem política clara, sem padronização interna e sem adequado registro dos atendimentos.”*. Assinale, a seguir, a afirmativa que está de acordo com o sentido expresso pela estrutura e conteúdo apresentados no trecho destacado.

- A) O segundo período apresenta uma conclusão decorrente do exposto no período anterior.
- B) O emprego da expressão *“apesar disso”* indica uma ressalva corretiva, considerando a informação anterior.
- C) As informações apresentadas de forma objetiva remetem a uma das principais características do texto apresentado.
- D) A expressão *“apesar disso”* indica uma situação contrastiva entre a realidade vivida referente às transações comerciais não realizadas com sucesso e o despreparo de empresas diante de tal demanda.

Questão 02

Do ponto de vista das características textuais, é correto afirmar que o texto:

- A) Caracteriza-se por uma linguagem persuasiva, cujo objetivo comunicativo está centrado no interlocutor.
- B) Procura estabelecer a comunicação com o público-alvo por meio de apelo e convencimento argumentativo.
- C) Utiliza a descrição como estratégia argumentativa, a fim de estabelecer as ideias sobre conflitos nas relações de consumo.
- D) Demonstra, predominantemente, a construção de sua argumentação por meio da utilização do sentido das palavras que extrapola usual.



Questão 03

Considerando os termos destacados do texto apresentado, sobre os aspectos fonológicos da língua portuguesa, analise as afirmativas a seguir.

- I. No vocábulo “*ainda*”, a divisão silábica correta evidencia um hiato.
- II. Na palavra “*encerram*”, ocorre dígrafo consonantal e dígrafo vocálico.
- III. No termo “*justamente*”, o número de letras é diferente do número de fonemas.
- IV. A forma “*própria*” é aceita pela norma-padrão como variante prosódica de “*própria*”.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

Texto para responder às questões 04 e 05.

Comunicação

É importante saber o nome das coisas. Ou, pelo menos, saber comunicar o que você quer. Imagine-se entrando numa loja para comprar um... um... como é mesmo o nome?

“Posso ajudá-lo, cavalheiro?”

“Pode. Eu quero um daqueles, daqueles...”

“Pois não?”

“Um... como é mesmo o nome?”

“Sim?”

“Pomba! Um... um... Que cabeça a minha. A palavra me escapou por completo. É uma coisa simples, conhecidíssima.”

“Sim, senhor.”

“O senhor vai dar risada quando souber.”

“Sim, senhor.”

“Olha, é pontuda, certo?”

“O quê, cavalheiro?”

“Isso que eu quero. Tem uma ponta assim, entende? Depois vem assim, assim, faz uma volta, aí vem reto de novo, e na outra ponta tem uma espécie de encaixe, entende? Na ponta tem outra volta, só que esta é mais fechada. E tem um, um... Uma espécie de, como é que se diz? De sulco. Um sulco onde encaixa a outra ponta; a pontuda, de sorte que o, a, o negócio, entende, fica fechado. É isso. Uma coisa pontuda que fecha. Entende?”

[...]

“Não! Escuta aqui. Vamos tentar de novo...”

“Tentemos por outro lado. Para o que serve?”

“Serve assim para prender. Entende? Uma coisa pontuda que prende. Você enfia a ponta pontuda por aqui, encaixa a ponta no sulco e prende as duas partes de uma coisa.”

“Certo. Esse instrumento que o senhor procura funciona mais ou menos como um gigantesco alfinete de segurança e...”

“Mas é isso! É isso! Um alfinete de segurança!”

“Mas do jeito que o senhor descrevia parecia uma coisa enorme, cavalheiro!”

“É que eu sou meio expansivo. Me vê aí um... um... como é mesmo o nome?”

(VERISSIMO, Luis Fernando. *Comunicação. Amor brasileiro. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1977. p. 143-145. Fragmento.*)

Questão 04

De acordo com a narrativa apresentada, pode-se compreender que:

- A) Há necessidade de que a expressão linguística esteja adequada de acordo com a norma-padrão da língua nos diálogos apresentados.
- B) Ocorre o estabelecimento de uma crítica aos interlocutores por não demonstrarem consciência da relevância do diálogo no processo de comunicação.
- C) Mediante a dificuldade de compreensão da solicitação pretendida por um dos personagens, o diálogo é desenvolvido a partir de estratégias discursivas diferenciadas.
- D) O fato de haver comprometimento do significado linguístico de alguns termos durante o processo de comunicação estabelecido pelos personagens, permite outras possibilidades substitutivas de significado para que o objetivo comunicacional seja alcançado.



Questão 05

Considerando os aspectos morfológicos da língua portuguesa, assinale, a seguir, o termo destacado que se diferencia dos demais quanto à classe de palavras a que pertence.

- A) *“Posso ajudá-lo, cavalheiro?”* (2º§).
- B) *“A palavra me escapou por completo.”* (7º§).
- C) *“Me vê aí um ... um ... como é mesmo o nome?”* (20º§).
- D) *“Na ponta tem outra volta, só que esta é mais fechada.”* (13º§).

DIREITO CIVIL

Questão 06

Rodrigo outorgou procuração a Beatriz, com poderes gerais para celebrar contratos de locação de seu imóvel comercial. No exercício do mandato, Beatriz formalizou o contrato figurando, concomitantemente, como representante do locador e, em nome próprio, como locatária do referido imóvel. Considerando que não houve autorização prévia por parte de Rodrigo para que Beatriz contratasse consigo mesma, é correto afirmar que o negócio jurídico celebrado é:

- A) Anulável, por configurar hipótese de autocontrato sem a devida autorização do representado, conforme vedado pela legislação civil vigente.
- B) Nulo de pleno direito, em razão de vício de ordem pública na manifestação de vontade, o que impede a produção de qualquer efeito jurídico desde a sua formação.
- C) Ineficaz, operando efeitos regulares entre as partes contratantes, mas não produzindo efeitos em relação a Rodrigo até que sobrevenha eventual ratificação expressa.
- D) Inexistente, por ausência de um dos pressupostos do plano de existência do negócio jurídico, tendo em vista que a dualidade de partes reais é elemento essencial à formação do contrato.

Questão 07

Bernardo, agindo com imprudência, ao realizar manobra de marcha à ré em via pública, atropelou o pedestre Augusto, causando-lhe lesões corporais e sofrimento estrito. Em sede de ação de reparação de danos por ato ilícito, o juízo de primeiro grau condenou o condutor ao pagamento de R\$ 8.000,00 a título de indenização por danos morais. Após o trânsito em julgado, instalou-se debate processual na fase de cumprimento de sentença estritamente acerca dos marcos temporais autônomos de incidência dos encargos legais sobre a condenação. Considerando a matriz fática de responsabilidade civil extracontratual, é correto afirmar que a correção monetária e os juros moratórios incidem, respectivamente, a partir da:

- A) Data do arbitramento da indenização e data do evento danoso.
- B) Data da citação válida do réu, quanto à correção monetária, ao passo que os juros moratórios fluem desde a data do evento danoso.
- C) Data do evento danoso, para ambos os encargos, tendo em vista que a lesão ao direito extrapatrimonial consolida a mora e a defasagem da moeda em um único momento.
- D) Data do ajuizamento da petição inicial, quanto à correção monetária, ao passo que os juros moratórios devem ser contados a partir da data da publicação da sentença de arbitramento.

Questão 08

Considere, hipoteticamente, que, no dia 2 de março de 2026, foi publicada no Diário Oficial a Lei Ordinária nº 4.321/2026 do Estado Alfa, cujo texto silenciou por completo acerca da data de sua entrada em vigor ou do período de *vacatio legis*. Sabendo que a referida norma ainda não havia entrado em vigor, o Poder Legislativo estadual editou e publicou, no dia 23 de março de 2026, uma lei corretiva destinada a sanar equívocos materiais substanciais do texto original. Essa nova norma fixou, expressamente, o prazo de dez dias para a entrada em vigor. Com base nas regras sobre vigência, aplicação e modificação das leis estabelecidas pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que a lei original – Lei nº 4.321/2026:

- A) Entrou em vigor dez dias após a publicação da lei corretiva, haja vista que as correções feitas ao texto de lei antes de sua vigência passam a integrá-lo, fazendo correr novo prazo a partir da publicação do texto corrigido.
- B) Entrou em vigor na exata data de sua publicação original, dado que o silêncio do legislador estadual importa em vigência imediata, operando a lei corretiva de forma retroativa para sanar os vícios materiais sem alterar o termo inicial de vigência.
- C) Permaneceu em *vacatio legis* por prazo indeterminado, visto que a introdução de novos prazos por lei corretiva desfigura a norma original, submetendo o diploma integral ao prazo supletivo geral de quarenta e cinco dias, contado de forma autônoma.
- D) Entrou em vigor quarenta e cinco dias após a sua própria publicação, uma vez que a lei corretiva, embora editada durante a *vacatio legis*, não possui o condão de alterar o prazo supletivo estabelecido pela norma geral para os textos que silenciam sobre o início de sua vigência.



DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 09

No que se refere à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas a seguir.

- I. São inconstitucionais os dispositivos legais que condicionam o conceito de terra tradicionalmente ocupada à data da promulgação da Constituição Federal e que reproduzem a lógica do marco temporal, por restringirem indevidamente os direitos originários dos povos indígenas.
- II. A inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é indispensável aos advogados públicos, visto que a Constituição Federal não estabelece distinção ontológica entre a advocacia pública e a privada.
- III. É constitucional a lei estadual que veda a adoção de cotas étnico-raciais em instituições de ensino superior públicas, visto que não há violação à autonomia universitária.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 10

O Magistrado Tício foi designado para atuar em uma comarca que enfrenta uma grave crise de coordenação institucional na área de fiscalização ecológica. Diante dele, encontra-se uma demanda coletiva na qual se demonstra que o poder público local promoveu a extinção de órgãos técnicos de amparo à fauna, sem criar mecanismos substitutivos, reduzindo significativamente o orçamento voltado ao combate de desastres naturais. O autor da ação requer uma intervenção judicial continuada para obrigar o ente público a apresentar planos de reestruturação de pessoal e metas de atuação. Considerando os parâmetros fixados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o processo de índole estrutural e a proteção do meio ambiente, assinale a afirmativa correta.

- A) O pleito de intervenção deve ser indeferido sob a premissa de que o processo de natureza estrutural possui o mesmo rito e finalidade do contencioso comum, buscando uma decisão definitiva em ato único.
- B) O processo de índole estrutural é incompatível com a tutela do direito ambiental, não sendo cabível a sua aplicação jurisdicional para solucionar crises institucionais ou desmonte de órgãos de proteção ecológica.
- C) A tutela estrutural viabiliza um programa de reformas institucionais implementado progressivamente com monitoramento contínuo, e o recuo na proteção ambiental sem salvaguarda equivalente caracteriza retrocesso inconstitucional.
- D) As alterações na estrutura administrativa que impliquem redução de órgãos de amparo ecológico são imunes ao controle jurisdicional em razão da discricionariedade administrativa, independentemente de se garantir proteção equivalente em substituição.

Questão 11

Em determinado Estado da federação, o Ministério Público ajuizou uma demanda em face de um agente público civil, objetivando a reparação de danos ao erário. No curso da instrução processual, o órgão ministerial requereu a realização de uma complexa perícia contábil. Diante do valor estimado para os honorários do perito, abriu-se vista para manifestação sobre quem deveria adiantar os custos da mencionada prova técnica, sob a alegação defensiva de que a Fazenda Pública estadual deveria ser intimada para o depósito, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Considerando o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) fixado no Tema 1.382 da Repercussão Geral, assinale a afirmativa correta.

- A) A produção da prova técnica enseja o depósito prévio imediato em dinheiro por parte da Fazenda Pública vinculada, ficando obstada a realização do ato por órgãos oficiais ou o diferimento do pagamento para o encerramento do feito.
- B) O Ministério Público, caso seja derrotado na demanda principal, deve ser condenado ao pagamento de custas e honorários advocatícios de sucumbência, aplicando-se as regras ordinárias de responsabilidade patrimonial dos litigantes.
- C) O adiantamento dos honorários periciais não pode ser redirecionado à Fazenda Pública, cabendo ao próprio Ministério Público custear a prova por ele requerida mediante suas dotações orçamentárias, sob o regime escalonado do Código de Processo Civil.
- D) A tese firmada em sede de recursos repetitivos pelo STJ permanece hígida e foi referendada pelo STF, devendo a Fazenda Pública adiantar a verba honorária sob a justificativa de que a lei especial de regência afasta as disposições do Código de Processo Civil.



Questão 12

No que diz respeito à evolução doutrinária dos direitos fundamentais e à sua aplicabilidade no âmbito do direito privado, assinale a afirmativa correta.

- A) O ordenamento jurídico brasileiro rejeitou a matriz teórica europeia, adotando de forma integral o modelo norte-americano (doutrina da *state action*).
- B) A teoria da eficácia direta e imediata estabelece que os direitos fundamentais dependem da edição de leis infraconstitucionais para que possam surtir efeitos nas relações entre particulares.
- C) A formulação clássica e liberal dos direitos fundamentais nasceu com o propósito de regular as relações horizontais, impondo deveres de conduta aos particulares desde o constitucionalismo inicial.
- D) A eficácia horizontal dos direitos fundamentais, entre outros aspectos, diz respeito à aplicação das normas constitucionais de proteção no âmbito das relações entre sujeitos privados, complementando a tradicional eficácia vertical, que se desenvolve na relação entre o Estado e o particular.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 13

Considere, hipoteticamente, que o juízo singular prolatou sentença terminativa, reconhecendo a ilegitimidade ativa da parte autora e extinguindo o processo sem resolução do mérito. A autora era representada por órgão da Defensoria Pública, que interpôs recurso de apelação vinte dias após ter sido regularmente intimada da decisão. Com base nas disposições do Código de Processo Civil (CPC/2015), assinale a afirmativa correta.

- A) Prolatada a sentença terminativa e interposta a apelação, o órgão de primeiro grau pode retratar-se, revendo a decisão proferida.
- B) A apelação não será conhecida pelo Tribunal, por ser este recurso inadequado para impugnar pronunciamentos judiciais que não resolvem o mérito da causa.
- C) A apelação não será conhecida pelo Tribunal, em razão de sua manifesta intempestividade, visto que o prazo preclusivo para sua interposição é de quinze dias.
- D) A apelação não será conhecida pelo Tribunal, por faltar à parte interesse recursal, uma vez que sentenças terminativas não são aptas a produzir coisa julgada material.

Questão 14

O cumprimento definitivo de sentença constitui a fase processual voltada à satisfação de decisões judiciais que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, sendo disciplinado pelo Código de Processo Civil (CPC) quanto às regras de competência funcional, à legitimidade dos títulos, aos meios de defesa do executado e aos ritos de intimação. Com base nas disposições do Código de Processo Civil (CPC/2015), sobre a liquidação e o cumprimento de sentença, assinale a afirmativa correta.

- A) O cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa deverá ser requerido, como regra geral de competência funcional, perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.
- B) Quando a sentença condenatória for genérica e a apuração do valor da condenação depender de meros cálculos aritméticos, a parte deverá instaurar a fase prévia de liquidação de sentença por arbitramento.
- C) A intimação do devedor para cumprir a obrigação fixada na sentença dar-se-á por meio do Diário da Justiça Eletrônico, sendo este o meio previsto pelo CPC para todas as hipóteses de intimação no cumprimento de sentença.
- D) A decisão homologatória de autocomposição judicial não ostenta a natureza de título executivo judicial, de modo que a cobrança de seus termos deve ser veiculada por meio de processo de execução autônomo baseado em título extrajudicial.

Questão 15

No âmbito do sistema recursal brasileiro, a aplicação do princípio da fungibilidade, mecanismo que autoriza o recebimento de uma peça processual por outra, pressupõe o preenchimento de balizadores específicos sedimentados pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). À luz da doutrina processualista contemporânea e dos precedentes da referida Corte Superior, assinale a alternativa que indica corretamente os requisitos cumulativos para a admissão desse postulado.

- A) Verificação de adequação formal do ato processual manejado; tempestividade aferida com base no protocolo efetivo; e comprovação do recolhimento do preparo recursal respectivo no ato de interposição.
- B) Indicação precisa do órgão jurisdicional competente para o julgamento; previsão expressa do recurso na legislação federal vigente para o provimento atacado; e inocorrência de preclusão consumativa ou lógica.
- C) Demonstração de interesse processual e legitimidade do sujeito sucumbente; protocolo da peça dentro do prazo legal fixado para o recurso efetivamente utilizado; e ausência de atos incompatíveis com a vontade de recorrer.
- D) Existência de incerteza jurisprudencial ou doutrinária de natureza objetiva sobre o meio de impugnação adequado; não configuração de equívoco manifesto ou inescusável na peça apresentada; e estrita submissão ao lapso temporal da insurgência que seria tecnicamente correta.



Questão 16

No curso de demanda judicial que tramita pelo procedimento comum, o bem imóvel sobre o qual versava a lide foi alienado por ato entre vivos e a título oneroso a Fabrício. Ato contínuo, Fabrício peticionou ao juízo requerendo sua admissão nos autos como sucessor processual do alienante, postulando ocupar a posição deste na relação jurídica processual. A parte adversa, contudo, recusou expressamente o ingresso do adquirente. Diante da resistência, Fabrício pleiteou, subsidiariamente, sua admissão na qualidade de assistente litisconsorcial do alienante, pedido este que também foi indeferido pelo magistrado de primeiro grau. Irresignado, Fabrício outorgou procuração a advogado e interpôs recurso de agravo de instrumento contra essa última decisão interlocutória, no prazo de quinze dias úteis contados da sua ciência inequívoca. Diante das circunstâncias expostas e do regramento processual vigente, o agravo de instrumento interposto por Fabrício:

- A) Será conhecido e provido, para admitir Fabrício como assistente litisconsorcial do alienante.
- B) Será conhecido, mas deverá ser desprovido, pois o adquirente de coisa litigiosa ostenta mero interesse econômico, carecendo de interesse jurídico qualificado para intervir no feito.
- C) Será conhecido e provido, para admitir Fabrício como sucessor processual do alienante, uma vez que a alienação de bem imóvel opera a transmissão automática da posição processual de parte.
- D) Não será conhecido, por inadequação da via eleita, sob o argumento de que o pronunciamento judicial que rejeita o ingresso de terceiro na condição de assistente possui natureza jurídica de sentença terminativa.

Questão 17

A gratuidade da justiça constitui importante instrumento de concretização do acesso à jurisdição, permitindo que pessoas sem condições financeiras suficientes possam exercer plenamente o direito de ação e de defesa. O Código de Processo Civil (CPC) disciplina os requisitos, a extensão, o procedimento de concessão e os efeitos desse benefício, aspectos constantemente interpretados e delimitados pela jurisprudência dos Tribunais Superiores. Em conformidade com o regramento estabelecido pela legislação processual civil brasileira e, ainda, considerando as diretrizes jurisprudenciais pacificadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), a respeito da gratuidade da justiça, assinale a proposição juridicamente adequada.

- A) A representação em juízo por meio de patrono contratado de forma privada obsta o reconhecimento do direito ao benefício legal, ressalvadas as hipóteses em que reste cabalmente demonstrado o exercício de advocacia puramente voluntária ou gratuita.
- B) O deferimento da benesse extingue a obrigação do sucumbente quanto às despesas processuais e verbas honorárias de sucumbência, podendo a cobrança desses encargos ser restabelecida mediante pronunciamento judicial que revogue o benefício na fase de cumprimento da decisão.
- C) O indeferimento imediato do pleito de assistência judiciária, sem que antes seja concedido prazo para que o postulante demonstre o preenchimento dos requisitos de hipossuficiência, constitui vício de atividade, haja vista o dever judicial de propiciar a demonstração da alegada carência.
- D) O requerimento formulado por pessoa física respaldado em afirmação de hipossuficiência econômica desfruta de presunção *iuris et de iure* (absoluta) de real necessidade, ficando o magistrado impedido de determinar a juntada de documentos complementares, exceto se demonstrado dolo processual da parte.

JUIZADOS ESPECIAIS

Questão 18

Em 2020, Samuel ajuizou ação perante o Juizado Especial Cível e obteve sentença favorável, posteriormente transitada em julgado. O título judicial foi fundado em interpretação de norma legal que, anos depois, foi declarada incompatível com a Constituição Federal pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento com repercussão geral. Iniciada a fase de cumprimento de sentença, a parte executada alegou a inexigibilidade do título judicial, sustentando sua incompatibilidade com a interpretação constitucional fixada pelo STF. Considerando a jurisprudência do STF e a Lei nº 9.099/1995, assinale a afirmativa correta.

- A) A coisa julgada formada no âmbito dos Juizados Especiais impede qualquer discussão posterior acerca da exigibilidade do título judicial, em razão da vedação legal à ação rescisória.
- B) A desconstituição da coisa julgada exige o ajuizamento de ação rescisória perante o Tribunal de Justiça competente, impedindo a postulação mediante a utilização de simples petição.
- C) O conhecimento da alegação de inexigibilidade do título judicial depende de que a decisão do STF invocada como paradigma tenha sido proferida antes do trânsito em julgado da decisão exequenda.
- D) É admissível a arguição de inexigibilidade do título judicial fundado em interpretação posteriormente considerada incompatível com a Constituição pelo STF, ainda que a decisão exequenda tenha transitado em julgado no âmbito dos Juizados Especiais.



Questão 19

Pedro ajuizou ação perante o Juizado Especial Cível, buscando reparação de danos materiais decorrentes de acidente de trânsito. A audiência de conciliação foi regularmente designada, mas o réu deixou de comparecer sem apresentar justificativa. Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) O processo deverá ser remetido ao procedimento comum.
- B) A audiência deverá ser redesignada para garantir o contraditório.
- C) A ausência do réu impõe automaticamente a procedência integral do pedido.
- D) A ausência do réu produz os efeitos da revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, salvo convicção diversa do juiz.

Questão 20

Roberto promoveu a execução de título executivo extrajudicial, dentro do limite de alçada legal, perante o Juizado Especial Cível. Após diversas diligências infrutíferas, o oficial de justiça certificou que o executado não foi localizado e que inexistiam bens passíveis de penhora. Diante desse cenário hipotético, o magistrado deverá:

- A) Determinar a remessa dos autos ao juízo cível comum para prosseguimento da execução.
- B) Extinguir imediatamente o processo, devolvendo os documentos apresentados ao exequente.
- C) Determinar a realização obrigatória de pesquisa patrimonial eletrônica antes da extinção da execução.
- D) Suspender o processo pelo prazo de um ano, aguardando a localização do devedor ou de bens penhoráveis.

Questão 21

Luísa ajuizou ação de indenização por danos materiais perante o Juizado Especial Cível em face de uma empresa de telefonia, atribuindo à causa o valor de trinta salários mínimos. Considerando a Lei nº 9.099/1995, assinale a afirmativa correta.

- A) A competência do Juizado Especial Cível depende da concordância da parte ré.
- B) A competência do Juizado Especial Cível limita-se às causas de até vinte salários mínimos.
- C) A causa poderá tramitar no Juizado Especial Cível, independentemente do valor atribuído à demanda.
- D) A competência do Juizado Especial Cível alcança causas cujo valor não exceda quarenta salários mínimos.

Questão 22

Almir ajuizou ação de indenização por danos materiais perante o Juizado Especial Cível. O pedido foi julgado improcedente. Inconformado, interpôs recurso nominado perante a Turma Recursal. Ao analisar o recurso, o colegiado concluiu pela sua inadmissibilidade e deixou de conhecê-lo. Considerando a Lei nº 9.099/1995 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A) A condenação em honorários advocatícios depende da demonstração de litigância de má-fé por parte do recorrente.
- B) O não conhecimento do recurso impede a condenação do recorrente ao pagamento de honorários advocatícios, pois não houve julgamento de mérito.
- C) A condenação em honorários advocatícios é incompatível com o sistema dos Juizados Especiais, em razão da vedação legal existente nesse microsistema processual.
- D) O recorrente poderá ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que o não conhecimento do recurso caracteriza situação de sucumbência recursal.

Questão 23

Raquel ajuizou ação de obrigação de fazer perante o Juizado Especial Cível Estadual. O pedido foi julgado improcedente e a Turma Recursal manteve integralmente a sentença. Inconformada, Raquel pretende impugnar o acórdão, alegando divergência em relação à interpretação adotada por outra Turma Recursal sobre a mesma matéria de direito. Considerando a Lei nº 9.099/1995 e, ainda, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A) A divergência entre Turmas Recursais de Estados distintos poderá ser submetida à Turma Nacional de Uniformização.
- B) Não é cabível Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei contra acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.
- C) A divergência entre Turmas Recursais pertencentes ao mesmo Estado deverá ser submetida ao Tribunal de Justiça local, por meio de incidente de uniformização de jurisprudência.
- D) É cabível Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei perante o Supremo Tribunal Federal (STF) sempre que houver divergência entre Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.



Questão 24

Durante audiência realizada em determinado Juizado Especial Criminal, foi proferida sentença contendo omissão quanto a um dos pedidos formulados pela defesa. Inconformado, o advogado pretende utilizar o recurso adequado para obter o esclarecimento da decisão. Considerando a Lei nº 9.099/1995, caberão embargos de declaração, no prazo de:

- A) Dois dias, os quais suspendem o prazo para a interposição de recurso.
- B) Cinco dias, os quais suspendem o prazo para a interposição de recurso.
- C) Dois dias, os quais interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- D) Cinco dias, os quais interrompem o prazo para a interposição de recurso.

Questão 25

Joana foi autora de fato em infração de menor potencial ofensivo e aceitou proposta de transação penal formulada pelo Ministério Público, nos termos da Lei nº 9.099/1995. O acordo foi regularmente homologado pelo juiz. Contudo, após alguns meses, Joana deixou de cumprir as condições assumidas. Diante da situação hipotética, considerando a Lei nº 9.099/1995 e, ainda, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) O descumprimento da transação penal implica conversão automática das condições ajustadas em pena privativa de liberdade.
- B) O descumprimento da transação penal autoriza a execução imediata das condições pactuadas, permanecendo extinta a pretensão punitiva estatal.
- C) A homologação da transação penal produz coisa julgada material, razão pela qual o descumprimento das condições acordadas não autoriza o oferecimento de denúncia.
- D) O descumprimento da transação penal permite ao Ministério Público prosseguir na persecução penal, inclusive mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

Questão 26

Marcos foi denunciado pela prática de crime cuja pena mínima cominada é de um ano. Verificando o preenchimento dos requisitos legais, o Ministério Público propôs a suspensão condicional do processo, a qual foi aceita pelo acusado e por seu defensor, sendo homologada pelo juiz. Durante o período de prova, Marcos passou a responder a novo processo pela prática de outro crime e deixou de reparar o dano causado à vítima, sem apresentar justificativa. Tendo em vista o caso hipotético, considerando a Lei nº 9.099/1995, assinale a afirmativa correta.

- A) A revogação da suspensão condicional do processo depende de requerimento expresso da vítima.
- B) A revogação da suspensão condicional do processo pressupõe a existência de condenação definitiva pela prática de novo crime.
- C) A suspensão condicional do processo poderá ser mantida, desde que o acusado comprove, posteriormente, a reparação do dano.
- D) A suspensão condicional do processo deverá ser revogada, pois o acusado passou a responder por outro crime durante o período de prova e deixou de reparar o dano sem motivo justificado.

Questão 27

Vanessa foi autora de fato em crime de ação penal pública incondicionada de menor potencial ofensivo. Verificando a presença dos requisitos legais, o Ministério Público ofereceu proposta de transação penal, consistente na aplicação imediata de pena restritiva de direitos. A proposta foi aceita pela autora do fato e por seu defensor, sendo posteriormente homologada pelo juiz. Tendo em vista o caso hipotético, e, ainda, considerando a Lei nº 9.099/1995, assinale a afirmativa correta.

- A) A transação penal produz efeitos civis automáticos, dispensando o ajuizamento de ação indenizatória pela vítima.
- B) A homologação da transação penal gera reincidência e deverá constar da certidão de antecedentes criminais para todos os fins legais.
- C) A transação penal não será admitida quando o autor da infração estiver respondendo a outra ação penal, ainda que inexistente condenação criminal definitiva.
- D) A aplicação da pena restritiva de direitos decorrente da transação penal não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir a concessão do mesmo benefício no prazo de cinco anos.



JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Questão 28

Jonas ajuizou ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública do município Alfa, pleiteando indenização por danos materiais decorrentes de queda em via pública malconservada. O valor atribuído à causa foi de cinquenta salários mínimos. O município alegou incompetência absoluta do Juizado, sustentando que a causa exigiria perícia técnica para apuração dos fatos. Diante da situação hipotética, à luz da Lei nº 12.153/2009 e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A) A necessidade de prova pericial afasta automaticamente a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- B) A competência do Juizado Especial da Fazenda Pública é facultativa, podendo o autor optar pela Vara da Fazenda Pública comum.
- C) As causas que envolvam responsabilidade civil do município não integram o rol de demandas submetidas ao Juizado Especial da Fazenda Pública.
- D) Compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública processar e julgar causas de até sessenta salários mínimos, não afastando a competência, por si só, a necessidade de produção de prova pericial.

Questão 29

Ana, servidora pública estadual aposentada, ajuizou ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública buscando o pagamento de diferenças de gratificação de desempenho. Na audiência de conciliação, o ente público apresentou proposta de acordo parcial, que foi recusada pela autora. Encerrada a instrução, o juiz julgou procedente o pedido. O Estado interpôs recurso inominado. Sobre o recurso no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) O prazo para interposição do recurso inominado é de cinco dias.
- B) O preparo recursal é dispensado nos Juizados Especiais por força de previsão legal.
- C) O recurso inominado possui efeito suspensivo automático, salvo para evitar dano irreparável à parte.
- D) O recurso inominado será julgado por Turma Recursal, sendo a designação de seus juízes realizada segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

Questão 30

Jaime, servidor público estadual aposentado, ajuizou ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública pleiteando a anulação da penalidade de demissão que lhe havia sido aplicada quando ainda estava em atividade, com pedido de reintegração ao cargo e pagamento das parcelas remuneratórias vencidas e vincendas. O autor atribuiu à causa o valor correspondente a quarenta e cinco salários mínimos, considerando apenas as parcelas vencidas até o ajuizamento da ação. Diante da situação hipotética, à luz da Lei nº 12.153/2009, assinale a afirmativa correta.

- A) A competência do Juizado Especial da Fazenda Pública tem como critério de definição o valor da causa.
- B) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa em relação ao território.
- C) As causas que tenham por objeto a impugnação de pena de demissão aplicada a servidor público civil estão excluídas da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- D) Para fins de definição da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, o valor atribuído à causa corresponde à soma das parcelas vencidas até a data do ajuizamento da demanda.

Questão 31

A sociedade empresária Construtora Horizonte Ltda., enquadrada como empresa de médio porte, ajuizou ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública do município Delta, pleiteando o pagamento de valores decorrentes de contrato administrativo. Regularmente citado, o Município apresentou contestação arguindo ilegitimidade ativa da autora, sustentando que apenas microempresas e empresas de pequeno porte podem figurar no polo ativo das demandas submetidas ao rito da Lei nº 12.153/2009. Além disso, a empresa autora sustentou que, no foro onde está instalado o Juizado Especial da Fazenda Pública, a competência territorial possuiria natureza relativa. Diante da situação hipotética, à luz da Lei nº 12.153/2009, assinale a afirmativa correta.

- A) As citações e intimações no Juizado Especial da Fazenda Pública observam as disposições do Código de Processo Civil (CPC).
- B) Empresas públicas municipais não podem figurar no polo passivo de demandas submetidas ao Juizado Especial da Fazenda Pública.
- C) No foro onde estiver instalado o Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência territorial é relativa para as causas previstas na Lei nº 12.153/2009.
- D) Pessoas jurídicas podem figurar como autoras no Juizado Especial da Fazenda Pública quando o valor atribuído à causa observar o limite legal de competência.



Questão 32

Em demanda submetida ao rito do Juizado Especial da Fazenda Pública estadual, a Turma Recursal manteve sentença em desacordo com súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicável à matéria. Inconformada, a parte sucumbente pretende impugnar a decisão com fundamento na violação do entendimento sumulado do STJ. Diante da situação hipotética, à luz da Lei nº 12.153/2009 e da jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

- A) Poderá ajuizar Pedido de Uniformização de Interpretação no STJ.
- B) Poderá ajuizar mandado de segurança no Tribunal de Justiça respectivo.
- C) Poderá ajuizar incidente de assunção de competência no Tribunal de Justiça respectivo.
- D) Não há instrumento processual adequado para combater essa decisão, devendo-se aguardar o prazo para o recurso extraordinário.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Questão 33

Em uma demanda ajuizada perante o Juizado Especial Cível da comarca de Alfa, determinado consumidor narra que adquiriu um refrigerador novo para a sua casa, em uma grande loja de varejo. Após três dias de uso, o eletrodoméstico apresentou falha no motor, parando de gelar totalmente e ocasionando a perda de diversos alimentos. O consumidor dirigiu-se à loja exigindo a troca do produto. O gerente, contudo, negou o pedido, afirmando que a loja não possui responsabilidade direta e que, por lei, a fabricante teria o prazo de trinta dias para tentar sanar o vício na assistência técnica. Inconformado, o consumidor requer judicialmente a devolução do valor pago. Considerando a elaboração do projeto de sentença, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa que apresenta a fundamentação jurídica correta para o caso.

- A) Restando comprovada a culpa da loja de varejo no armazenamento ou transporte do produto, o pleito deve ser julgado procedente; aplica-se, nesse caso, a teoria da responsabilidade subjetiva nas relações de consumo.
- B) O pleito deve ser extinto sem resolução do mérito em face da loja de varejo, devendo o consumidor acionar o fabricante, haja vista que o comerciante só responde subsidiariamente por vícios de adequação, nos termos do CDC.
- C) O pleito deve ser julgado procedente, pois o produto é considerado essencial, hipótese em que o consumidor pode fazer uso da restituição imediata da quantia, com correção monetária, afastando-se o prazo máximo de trinta dias para a solução do vício.
- D) O fornecedor possui o direito potestativo de providenciar o saneamento do vício, em até trinta dias, razão pela qual o pleito do consumidor deve ser julgado improcedente, pois a restituição imediata é cabível apenas se o vício não for sanado nesse interregno.

Questão 34

João, idoso e aposentado, ajuizou ação individual perante o Juizado Especial Cível em face de uma instituição financeira. Ele relata que foi abordado na rua, ostensivamente, por um correspondente bancário que o pressionou a contratar um empréstimo consignado. Na oferta verbal e no panfleto entregue, o preposto ocultou os riscos da contratação e afirmou expressamente a João que “o crédito seria liberado imediatamente, sem consulta ao SPC/Serasa e sem avaliação da sua situação financeira”. Sentindo-se lesado pelos descontos que comprometeram seu sustento, João requer a nulidade do contrato e indenização por danos morais. Considerando a sistemática de proteção ao crédito responsável, a prevenção ao superendividamento e, ainda, as regras referentes às práticas comerciais previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Lei Federal nº 8.078/1990, sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) A oferta de crédito sem consulta aos órgãos de proteção é permitida, caso o contrato seja física ou eletronicamente assinado por João. Prevalece a força obrigatória dos contratos (*pacta sunt servanda*) sobre a veiculação feita através de prospecto publicitário.
- B) A instituição financeira não poderá ser responsabilizada pelos atos do correspondente bancário, visto que ele atua como representante autônomo. No caso, o nexo causal necessário para a responsabilização objetiva nas relações de consumo não se estabelece.
- C) A conduta do correspondente bancário é lícita e amparada pelo princípio da livre iniciativa. A dispensa de consulta aos cadastros de inadimplentes configura benefício direto ao consumidor, facilitando seu acesso ao mercado de crédito pela confiança nas relações comerciais.
- D) A abordagem configura prática abusiva, passível de indenização por danos morais e patrimoniais. O CDC veda o assédio para a contratação de crédito, especialmente contra idosos, bem como proíbe a indicação de que a operação será concluída sem avaliação da situação financeira do consumidor.



Questão 35

A desconsideração da personalidade jurídica é um instrumento fundamental para a efetividade da reparação de danos no microsistema consumerista. O Código de Defesa do Consumidor (CDC) adotou regramento próprio, distinto daquele previsto no Código Civil de 2002, irradiando efeitos específicos sobre a responsabilidade de sociedades integrantes de grupos societários, sociedades controladas, consorciadas e coligadas. Sob a ótica da teoria da desconsideração da personalidade jurídica adotada pelo CDC, bem como da responsabilidade de terceiros entes societários, e, ainda, da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A) As sociedades consorciadas e as sociedades coligadas respondem de forma solidária pelas obrigações decorrentes do CDC, bastando a comprovação do dano ao consumidor e o nexo causal com a atividade do grupo econômico.
- B) O CDC adotou a Teoria Maior da desconsideração da personalidade jurídica, exigindo, para o afastamento da autonomia patrimonial, a comprovação cabal de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, em prestígio ao princípio da livre iniciativa.
- C) Por expressa disposição legal, as sociedades integrantes de grupos societários respondem subsidiariamente pelas obrigações do CDC, sendo dispensável, segundo o STJ, a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica para o alcance do patrimônio destas, na fase de cumprimento de sentença.
- D) O CDC adotou a Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica, permitindo que a pessoa jurídica seja desconsiderada sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores. Em relação às sociedades coligadas, estas possuem responsabilidade subjetiva.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 36

No que concerne ao Código de Organização e Divisão Judiciárias – Lei nº 1.511/1994, analise as afirmativas a seguir.

- I. No âmbito da estrutura do Poder Judiciário estadual, os conciliadores, os árbitros e os juízes não togados dos Juizados Especiais são classificados na condição de auxiliares da Justiça, participando da estrutura administrativa de amparo à prestação jurisdicional.
- II. As correições extraordinárias que forem determinadas com o objetivo específico de realizar a averiguação de abusos ou de irregularidades imputadas a magistrados devem ser presididas e dirigidas pessoalmente pelo Corregedor-Geral de Justiça, aplicando-se o segredo de justiça se a situação assim o exigir.
- III. Os atos normativos expedidos pelo Corregedor-Geral de Justiça que versarem sobre as regras de disciplina e a ordem dos serviços relativos à magistratura de primeiro grau desafiam recurso dotado de efeito suspensivo a ser julgado perante o Conselho Superior da Magistratura.
- IV. A atividade correicional ordinária ou extraordinária realizada no foro judicial ou extrajudicial é guiada por critérios de necessidade, conveniência e oportunidade, competindo ao Corregedor-Geral de Justiça exercer a corregedoria permanente de tais serviços, com a faculdade de delegar poderes aos Juizes Auxiliares da Corregedoria para a execução desses atos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 37

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No âmbito do Tribunal de Justiça, compete ao Conselho Superior da Magistratura aprovar a instalação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Juizados Especiais Adjuntos, bem como indicar os Juizes para presidirem os Juizados Especiais.
- () Na estrutura dos órgãos jurisdicionais secundários, compete às Seções Criminais processar e julgar, em grau de recurso, os embargos de divergência dos Juizados Especiais Criminais.
- () Insere-se no rol de atribuições da Seção Especial Cível designar o Desembargador responsável por presidir o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, bem como o seu substituto no caso de afastamento.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) F, F, F.



Questão 38

Durante uma sessão administrativa convocada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS), o Tribunal Pleno reuniu-se para deliberar sobre pautas relativas ao provimento de cargos na segunda instância da Corte. A pauta de trabalhos continha duas matérias correlatas: a apreciação da promoção de um Juiz de Direito de carreira para o cargo de Desembargador pelo critério de antiguidade, e a organização da lista tríplice contendo os nomes dos integrantes destinados a preencher a vaga decorrente do quinto constitucional reservada à advocacia ou ao Ministério Público. Diante da relevância das matérias, instaurou-se controvérsia entre os Desembargadores presentes a respeito do rito e do modo de votação que deveriam reger cada um dos procedimentos de escolha. Considerando as normas vigentes no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul – Lei nº 1.511/1994, assinale a afirmativa correta.

- A) A definição da promoção por antiguidade deve ocorrer por meio de voto secreto em ambiente sigiloso, transferindo-se a atribuição de organizar a lista tríplice dos membros oriundos da advocacia ou do Ministério Público para o Órgão Especial mediante voto aberto.
- B) Ambos os procedimentos de escolha de nomes para a segunda instância demandam a realização de sessão pública conduzida por meio de voto secreto, ficando vedado o uso de escrutínio aberto para as deliberações que versem sobre a movimentação de magistrados na carreira.
- C) A deliberação sobre a promoção por antiguidade exige a colheita de votos de forma secreta em sessão reservada, determinando-se que a formação da lista tríplice para a vaga do quinto constitucional seja resolvida por meio de manifestação aberta, nominal e fundamentada.
- D) O julgamento sobre a promoção do magistrado de carreira pelo critério de antiguidade deve ser realizado em sessão pública mediante voto aberto, nominal e fundamentado, ao passo que a elaboração da lista tríplice destinada ao preenchimento da vaga do quinto constitucional deve ocorrer em sessão pública mediante voto secreto.

Questão 39

Sinfrônio atua como facilitador devidamente capacitado em uma unidade do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). No exercício de suas atribuições, ele conduziu uma sessão de mediação pré-processual envolvendo uma disputa civil entre dois particulares, a qual resultou em uma autocomposição frutífera. Passados seis meses após o encerramento definitivo do ato, uma das partes envolvidas naquela sessão manifestou o interesse de contratar Sinfrônio para patrocinar seus interesses como advogado em uma demanda judicial subsequente. Paralelamente, surgiu um questionamento administrativo no Tribunal local a respeito de qual autoridade seria a responsável pela homologação jurídica desse termo de acordo pré-processual e por sua respectiva contabilização para fins de produtividade estatística. Considerando o caso hipotético e, ainda, as diretrizes fixadas pela Resolução CNJ nº 125/2010, o procedimento correto a ser adotado estabelece que:

- A) A contabilização estatística de produtividade decorrente da referida homologação pré-processual compete ao Presidente do Tribunal, ficando Sinfrônio autorizado a atuar como testemunha dos fatos narrados na sessão caso haja requerimento do juízo de origem.
- B) Sinfrônio fica sujeito a impedimento para patrocinar ou representar os interesses de qualquer das partes após o encerramento da sua atuação, cabendo ao juiz coordenador do Centro a homologação das sessões de natureza pré-processual e a sua correspondente contabilização estatística.
- C) O termo de autocomposição pré-processual deve ser remetido a uma das Varas Cíveis ordinárias da comarca para receber homologação formal, estando Sinfrônio desimpedido para assumir a representação jurídica do participante em virtude do encerramento do procedimento consensual.
- D) A aferição de desempenho do facilitador pelas partes possui natureza facultativa e deixa de repercutir em seu histórico, sendo que eventuais reclamações por conduta inadequada exigem a instauração de processo judicial próprio, rejeitando-se a reclamação direta ao magistrado responsável.



Questão 40

Determinada sociedade empresária, após figurar como ré em uma ação de cobrança que tramitou perante um dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Campo Grande, sofreu condenação transitada em julgado. O projeto de sentença que fundamentou o decreto condenatório foi elaborado por um juiz não togado. Inconformada com o resultado e alegando manifesta violação à norma jurídica, a empresa decide propor uma ação rescisória perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS), sustentando, adicionalmente, que a investidura do referido julgador não togado seria eivada de vício de incompetência por ter sido realizada por ato do Presidente da Corte, e não pelo Conselho Superior da Magistratura. Diante do caso hipotético e, ainda, considerando exclusivamente as disposições do Regimento Interno do TJMS, assinale a afirmativa correta.

- A) O Tribunal de Justiça detém competência para processar e julgar a referida ação rescisória, cabendo ao Conselho Superior da Magistratura a nomeação direta dos juízes não togados para atuar nessas unidades.
- B) A pretensão de rescisão do julgado é viável perante as Câmaras Cíveis do Tribunal, e a indicação dos juízes para presidirem os Juizados Especiais é de atribuição das Comissões Permanentes de Organização Judiciária.
- C) O questionamento do julgado viabiliza a abertura de controle concentrado de constitucionalidade perante o Órgão Especial, sendo originária a função de nomear os árbitros e conciliadores ao Vice-Presidente da Corte.
- D) O pleito de desconstituição da decisão por meio de ação rescisória é incabível no âmbito do Tribunal de Justiça por se tratar de feito de competência dos Juizados Especiais Cíveis, sendo regular o ato de investidura do julgador não togado realizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

